



EDITAL PREGÃO - ELETRÔNICO

Lei 14.133/2021, Art. 28, I



Nº DA LICIT./DISP./INEX.

90018/2026 - PE

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO

2026.04.22.01

OBJETO / ÓRGÃO(S) / ESTIMATIVA / SESSÃO



Objeto: Aquisição de aparelho de raio-x odontológico panorâmico + telerradiografia, através da Secretaria de Saúde do Município de São Benedito/CE

Órgão(s) participante(s): Secretaria Municipal de Saúde

VALOR ESTIMADO









* Sigiloso (Art. 24, inc. I)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

22/06/2026 às 10:00 h.

INFORMAÇÕES DO CERTAME



	Critério de Julgamento:	Menor Preço
	Modo de Disputa:	Aberto
	Forma de julgamento:	Item Único
	Intervalo mínimo de lances:	0,10
	Link do Sistema Eletrônico:	https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp
	Registro de Preços?	Não
	Lei 123 - Exclusivo ME/EPP?	Não
	Preço Sigiloso?	SIM

CONTATO E INFORMAÇÕES



Tel.: (88) 3626-1347



E-mail: cplsao benedito@gmail.com



Endereço: Rua Paulo Marques, 378, Centro - CEP: 62370000 - São Benedito - CE



MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE - Secretaria Municipal de Saúde

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026 - PE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.04.22.01**

Torna-se público que o(a) **MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE - Secretaria Municipal de Saúde**, por meio do Pregoeiro Oficial do Município, sediado(a) à Rua Paulo Marques, 378, Centro, CEP: 62.370-000, São Benedito/CE, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA (90018/2026 - PE), no dia 22 de junho de 2026 às 10:00 (dez horas) - horário de Brasília, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é **Aquisição de aparelho de raio-x odontológico panorâmico + telerradiografia, através da Secretaria de Saúde do Município de São Benedito/CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. Item Único.
- 1.3. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de



execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Quantidade cotada;



- 4.1.3. Marca;
- 4.1.4. Fabricante.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado
- 5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa Aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de descontos.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer



acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance ou abaixo do maior desconto serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou percentual de desconto superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas neste Edital;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos e os percentuais de descontos mínimos como critério de aceitabilidade.

5.20.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do percentual desconto mínimo definido pela Administração.

5.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas ? CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.
- 6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo ou do percentual de desconto em relação ao mínimo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023.
- 6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.6.1. conter vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo ou abaixo do percentual mínimo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço ou diminuição do desconto e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 6.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.12. O local e prazo para entrega das amostras está informado no Termo de Referência, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, conforme disposto no § 1º do art. 94 do Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Para a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao



valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral no SICAF, conforme disposto no § 1º do art. 94 do Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. Forma de envio e pertinência da documentação de habilitação.

7.13.1. A licitante deverá encaminhar, exclusivamente via sistema, apenas a documentação estritamente necessária ao atendimento das exigências de habilitação previstas neste edital e na Lei nº 14.133/2021, abstendo-se de anexar documentos impertinentes ou redundantes, em observância aos princípios da celeridade e do julgamento objetivo.

7.13.2. Para fins de padronização e foco, a documentação de habilitação restringe-se às categorias jurídica, técnica, fiscal/social/trabalhista e econômico-financeira, nos termos dos arts. 66 a 69 da Lei nº 14.133/2021; documentos fora desse rol não serão considerados para análise.

7.13.3. Descumprida a orientação do caput (envio desorganizado, com peças desnecessárias ou ausência de peças exigidas), o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, determinar o reenvio/organização correta da documentação.

7.14. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 15 (quinze) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua



decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora



da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (www.gov.br/compras) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: cplsao benedito@gmail.com.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

11.5.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.5.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, bem como a discordância entre as especificações do objeto no portal www.gov.br/compras e neste Edital, prevalecerão às constantes neste Edital.

11.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras.

11.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência, ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar - ETP e Mapa de Riscos, ANEXO III - Minuta de Contrato

São Benedito/CE, 03 de junho de 2026.

Assinado digitalmente por FRANCISCO IGOR VALE DO
NASCIMENTO:99708795372
DN: cn=FRANCISCO IGOR VALE DO NASCIMENTO:99708795372,
o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla, email=igorenf16@gmail.com
Data: 2026.06.03 15:27:24 -03'00'

Francisco Igor Vale do Nascimento
Secretário de Saúde
Portaria: 007/2025

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.04.22.01

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de aparelho de raio-x odontológico panorâmico + telerradiografia, através da Secretaria de Saúde do Município de São Benedito/CE, conforme especificações do Termo de Referência e seu(s) anexo(s), e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 54/2023.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação e descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. JUSTIFICATIVA - ELABORAÇÃO DO PCA - 2026: O Município de São Benedito, seguindo as exigências dos artigos 12, inciso VII, e 18 da Lei nº 14.133/2021, elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Adicionalmente, o Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 398/2025, foi preparado em conformidade com a legislação vigente, garantindo transparência e eficiência nas contratações públicas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Da exigência de amostra

4.2. Não haverá necessidade de apresentação de amostra, tendo em vista a natureza do objeto. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, caso a compatibilidade com as especificações demandadas sobretudo quanto à marca, padrões de qualidade e desempenho, não possam ser aferidos pelos meios previstos neste termo, o Pregoeiro solicitará que o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar apresente documentos que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, prazo mínimo de validade ou garantia, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual..

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega do objeto é de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da requisição formalizada por setor competente, na totalidade da requisição. O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, quando solicitado pela

TR nº. 2026.04.22.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 1 de 8

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.04.22.01

CONTRATADA, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela CONTRATANTE e que não prejudique o interesse público..

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. O FISCAL de contrato é servidor designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, através de portaria anexa aos autos do processo administrativo da presente contratação, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços e execução do objeto do contrato, conforme atribuições especificadas nos Arts. 156 e 157 do Decreto Municipal nº 54/2023.

Gestor do Contrato

6.7. O GESTOR de contrato é servidor designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, através de portaria anexa aos autos do processo administrativo da presente contratação, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, conforme atribuições especificadas no Art. 155 do Decreto Municipal nº 54/2023.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. **2026.04.22.01**

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. As entregas deverão ocorrer nos horários de expediente: das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, no local determinado nas ordens de compra pelo órgão contratante.

7.10. Além da entrega nos locais designados pelo município, deverá a contratada também descarregar o objeto da ordem de compra no local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda integralmente com eventuais danos causadas aos mesmos.

7.11. Ao Município reserva-se o direito de recusar o recebimento do objeto cujas condições não estejam de acordo com o termo de referência, contrato e ordem de fornecimento. O item que não apresentar condições satisfatórias, não será aceito, devendo ser trocado imediatamente; sujeitando-se o fornecedor às penas contratuais e legais. O objeto deverá ser entregue no local, dia e horário determinados pela contratante conforme especificado na ordem de fornecimento.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.12.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.13.1. o prazo de validade;

7.13.2. a data da emissão;

7.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.13.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.13.5. o valor a pagar; e

7.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.04.22.01

efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM

Forma de fornecimento

8.2. A execução do objeto será integral, conforme solicitação através de Ordem de Fornecimento (autorização) emitida pelo órgão solicitante

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.04.22.01

Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.23. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, equivalentes ou superiores com o objeto desta contratação, ou com o item/grupo pertinente, por meio da apresentação de atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.23.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.23.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando,

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.04.22.01

quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.23.3. Justificativa: A exigência de comprovação de aptidão visa identificar se a futura contratada tem a infraestrutura empresarial e a capacidade de gestão de executar o objeto através de comprovação de anterior de execução. Embora a Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) não exija explicitamente capacidade técnica para fornecimento de mercadorias, diversas doutrinas reconhecem a conveniência e legitimidade dessa exigência em determinadas situações.

8.23.4. Jurisprudência: O Tribunal de Contas da União (TCU) já decidiu que a Administração Pública pode exigir capacidade técnica para fornecimento de mercadorias, mesmo que não haja previsão legal específica. Exemplo: Acórdão TCU 1.823/2018. Conclusão: A exigência de capacidade técnica para fornecimento de mercadorias, embora não seja obrigatória por lei, é uma medida recomendável em diversas situações. Essa exigência pode garantir a qualidade dos produtos, proteger o interesse público e promover a eficiência da gestão pública

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.26.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.26.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.26.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.26.7. A habilitação econômico-financeira exigida visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, de forma objetiva conforme coeficientes e índices econômicos previstos no edital

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.2. Abaixo estão as justificativas para a utilização do sigilo do orçamento estimado da contratação:

9.2.1. Princípio da Competitividade e Eficiência: A Lei nº 14.133/2021 busca promover a concorrência e eficiência nas licitações; ocultar os preços estimados até a fase de lances incentiva maior participação de licitantes, resultando em propostas mais competitivas.

9.2.2. Estratégia de Negociação: Manter os preços estimados ocultos permite que a Administração conduza negociações mais eficazes durante a fase de lances; ajustes nos preços, prazos ou outras condições podem ser realizadas para obter melhores propostas.

9.2.3. Prevenção de Conluio e Formação de Cartéis: a divulgação prévia dos preços estimados pode facilitar acordos entre licitantes, prejudicando a concorrência; ocultar esses valores até a fase de lances dificulta a coordenação indevida entre participantes.

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. **2026.04.22.01**

9.2.4. Flexibilidade e Adaptação às Circunstâncias: em situações excepcionais, como mudanças no mercado, a Administração pode precisar ajustar os preços estimados; manter esses valores ocultos permite maior flexibilidade para reavaliar e adaptar as estimativas conforme necessário.

9.2.5. Sigilo Comercial e Estratégico: proteger os preços estimados até a fase de lances respeita o sigilo comercial e estratégico das licitantes.

9.3. Vale mencionar que o sigilo não é absoluto e, na prática, funciona como uma publicidade diferida, estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno sendo tornado público apenas e imediatamente após a classificação final e fase de negociação, sem prejuízo da divulgação no instrumento convocatório do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, conforme especifica o art. 56 do Decreto Municipal nº 54/2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de São Benedito.

A contratação será atendida pela(s) seguinte(s) dotação(ões):

Exercício Financeiro: 2026

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orcamentaria: 02 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 0113 - Atenção Primária à Saúde

Ação: 2.013 - Manutenção das Ações Estratégicas de Saúde Bucal - SB

Elemento: 4490520000 - Equipamentos e Material Permanente

SubElemento: 4490520008 - Aparelhos, equipamentos, utensílios médico-odontológico

Fonte: 1500100200 - Receita de imposto e transf. Saúde

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Benedito/CE, 02 de junho de 2026.

Assinado digitalmente por FRANCISCO IGOR VALE DO
NASCIMENTO:99708795372
DN: cn=FRANCISCO IGOR VALE DO NASCIMENTO:99708795372,
o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla, email=igorenf16@gmail.com
Data: 2026.06.02 11:42:57 -03'00'

Secretaria Municipal de Saúde
Francisco Igor Vale do Nascimento
Secretário de Saúde
Portaria: 007/2025

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.04.22.01

ANEXO I - ITEM(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

Nº. Seq	Catmat/CatServ	Quant.	Un. Fornecimento	Descrição sucinta
Grupo: N.A.		Total de Itens: 0		
00001	1910 - 411468	1,00	Unidade	Aparelho de raio-x odontologico panoramico +.
Descrição Detalhada: 411468 - Aparelho de raio-x odontologico panoramico + telerradiografia; modos de imagem: panorâmico e cefalométrico; sensor: cmos de alta resolução (75 µm); tempo de exposição: a partir de 2 segundos para exames panorâmicos e 4 segundos para cefalométricos; função multifoco: permite seleção de imagens mais nítidas, reduzindo a necessidade de reexposição; programas panorâmicos: inclui 8 modos, como standard, ortogonal bitewing, tmj lateral, tmj pa, tmj lat-pa e seios laterais; recursos adicionais: posicionamento assistido por laser e sistema de voz para orientação do paciente; software: acompanha estação de trabalho com software de processamento de imagens theia; alimentação elétrica: entrada de 100-240v~, potência de 2; 2 kva, frequência de 50/60 hz; Computador com monitor; especificações técnicas: computador com tela full hd led de no mínimo 24" (resolução 1920x1080), processador intel core i7 de 10ª geração com cache de 12mb 4ghz ou superior, ssd de 1tb, memória ram de no mínimo 16gb (ddr4), placa de vídeo nvidia geforce rtx 3060 6gb, fonte 500w rms, placa mãe com no mínimo 04 portas usb 3; 0 e slot pci express (pcie), placa de rede dedicada dual port gigabit ethernet (1000mb/s), a placa de rede deve ser off board, mouse e teclado com fio, sistema operacional windows 10 professional 64-bits; Estabilizador isolador; especificações técnicas: estabilizador isolador médico/odontológico, potência 3; 000va (3kva), tensão 220v, 3 tomadas; (especificação própria)..				



Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.04.22.01

Processo Administrativo nº. 2026.04.22.01 - Compras

1 - Informações Básicas

Local: São Benedito

Data: 22 de abril de 2026

COD. UASG: 981547

Fundamentação Legal:

LEI 14.133/2021 E DECRETO 054/2023.

2 - Descrição da necessidade da contratação (Art. 18, §1º, I)

A presente contratação decorre da necessidade de fortalecimento da estrutura de diagnóstico odontológico especializado da Secretaria Municipal de Saúde de São Benedito/CE, diante da limitação atualmente existente para realização de exames radiológicos voltados à avaliação do complexo dentomaxilofacial. Conforme identificado no Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 2026.04.17.001, o Município enfrenta dependência de serviços realizados em outras cidades, ocasionando deslocamentos intermunicipais, aumento do tempo de espera para exames e dificuldades na continuidade da assistência odontológica especializada.

O problema identificado compromete diretamente a capacidade de resposta da rede municipal de saúde bucal, especialmente nas áreas de ortodontia, cirurgia bucomaxilofacial, implantodontia e demais especialidades que dependem de exames de imagem para definição diagnóstica e planejamento terapêutico. A ausência de equipamento próprio reduz a resolutividade dos atendimentos, dificulta o acompanhamento clínico adequado e pode ocasionar agravamento de quadros em razão da demora na realização dos exames necessários.

A real necessidade gerada por esse cenário consiste na implantação de estrutura própria para realização de radiografias panorâmicas e telerradiografias no âmbito municipal, assegurando maior autonomia diagnóstica, redução da dependência de serviços terceirizados e melhoria da qualidade da assistência odontológica prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. A aquisição do aparelho permitirá maior agilidade na definição de condutas clínicas, melhor integração entre os níveis de atenção em saúde e fortalecimento da política pública municipal de saúde bucal.

A radiografia panorâmica e a telerradiografia são exames indispensáveis para identificação de patologias, alterações ósseas, planejamento ortodôntico, cirurgias odontológicas e avaliações cefalométricas, sendo ferramentas fundamentais para diagnósticos mais precisos e tratamentos mais seguros. A inexistência desse recurso no Município gera impactos negativos tanto para os pacientes, que enfrentam dificuldades de deslocamento e demora no atendimento, quanto para a Administração Pública, que arca com custos indiretos relacionados à logística assistencial e encaminhamentos externos.

Com a contratação, almeja-se ampliar a capacidade diagnóstica da rede municipal, reduzir o tempo de espera para exames especializados, otimizar os fluxos assistenciais e proporcionar maior eficiência na prestação dos serviços públicos de saúde. Busca-se, ainda, fortalecer a resolutividade da atenção odontológica especializada, garantir maior conforto e segurança aos usuários e promover melhor aproveitamento dos recursos humanos e operacionais da Secretaria Municipal de Saúde.

Dessa forma, a contratação pretendida não se limita à simples aquisição de equipamento médico-odontológico, mas constitui medida estratégica voltada à solução de problema estrutural identificado pela Administração Pública Municipal. A iniciativa encontra respaldo no planejamento institucional e nas diretrizes da Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a modernização da rede pública de saúde, melhoria da qualidade do atendimento odontológico e fortalecimento das políticas públicas de saúde bucal no Município de São Benedito/CE

3 - Área(s) requisitante(s)

Nº do DFD	Identificação do Órgão Emissor do DFD
2026.04.17.001	05 - Secretaria Municipal de Saúde

Responsável: João Paulo Araújo Lima

Matrícula/Portaria: 6068

4 - Demonstração da previsão (ou não) da contratação no PCA (Art. 18, §1º, II)

Nº. no PCA:	Grau de Prioridade:	Data desejada da Contratação:
-------------	---------------------	-------------------------------

JUSTIFICATIVA - ELABORAÇÃO DO PCA - 2026: O Município de São Benedito, seguindo as exigências dos artigos 12, inciso VII, e 18 da Lei nº 14.133/2021, elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, com base na Lei de Diretrizes

ETP nº. 2026.04.22.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 1 de 7

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.04.22.01

Processo Administrativo nº. 2026.04.22.01 - Compras

Orçamentárias. Adicionalmente, o Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 398/2025, foi preparado em conformidade com a legislação vigente, garantindo transparência e eficiência nas contratações públicas

5 - Requisitos da contratação (Art. 18, §1º, III)

A contratação pretendida refere-se à aquisição de aparelho de raio-x odontológico panorâmico com telerradiografia destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São Benedito/CE, devendo o equipamento atender rigorosamente aos requisitos técnicos, operacionais, legais e de qualidade necessários à adequada execução dos serviços de diagnóstico por imagem odontológica. Trata-se de aquisição de bem permanente, não se caracterizando como prestação de serviço contínuo, mas sim como fornecimento de equipamento médico-odontológico especializado, acompanhado de instalação, configuração e garantia técnica do fabricante.

O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, sem qualquer utilização anterior, fabricado de acordo com as normas técnicas vigentes e devidamente registrado junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, atendendo integralmente às exigências sanitárias, elétricas e de radioproteção aplicáveis ao setor de diagnóstico por imagem. Deverá possuir capacidade para realização de exames panorâmicos e telerradiográficos digitais, com recursos tecnológicos compatíveis com os padrões atuais de qualidade diagnóstica, permitindo geração de imagens em alta resolução, baixa exposição radiológica e integração com sistemas informatizados de armazenamento e gerenciamento de imagens.

Como padrão mínimo de qualidade, exige-se que o equipamento apresente elevada precisão diagnóstica, estabilidade operacional, durabilidade, segurança elétrica e radiológica, facilidade de operação e disponibilidade de assistência técnica autorizada em território nacional. O aparelho deverá acompanhar todos os acessórios, componentes e dispositivos necessários ao pleno funcionamento.

A contratação deverá observar ainda requisitos relacionados à garantia e assistência técnica, sendo exigida garantia mínima do fabricante, suporte técnico especializado, disponibilidade de peças de reposição e manutenção corretiva durante o período de cobertura contratual. O fornecedor deverá assegurar instalação adequada do equipamento, testes de funcionamento, calibração e emissão dos laudos técnicos necessários ao regular funcionamento do aparelho, observando as normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, da ANVISA e demais regulamentações aplicáveis aos equipamentos emissores de radiação ionizante.

Quanto à padronização, a especificação técnica do objeto poderá utilizar parâmetros de mercado e referências técnicas compatíveis com equipamentos amplamente utilizados na área odontológica especializada, observando-se critérios objetivos de desempenho, qualidade e funcionalidade. Não foi adotado integralmente catálogo eletrônico de padronização, a justificativa reside na necessidade de adequação do equipamento às particularidades técnicas da rede municipal de saúde, considerando as exigências específicas relacionadas à qualidade das imagens, compatibilidade tecnológica, capacidade operacional e necessidades assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde.

No tocante aos critérios de sustentabilidade, a contratação deverá observar, sempre que tecnicamente viável, práticas voltadas à eficiência energética, redução do consumo elétrico, menor emissão de resíduos e utilização de tecnologia digital que minimize o uso de materiais químicos tradicionalmente empregados em sistemas radiográficos convencionais. A solução digital contribui para redução de impactos ambientais associados ao descarte de reveladores, fixadores e películas radiográficas, promovendo maior sustentabilidade ambiental e alinhamento às diretrizes do desenvolvimento nacional sustentável previstas na Lei nº 14.133/2021

6 - Levantamento de Mercado (Art. 18, §1º, V)

No levantamento de mercado, verificou-se que a solução pretendida encontra oferta regular no mercado nacional, com participação de fornecedores especializados em equipamentos odontológicos digitais e com contratações similares realizadas por diversos entes públicos por meio de pregão eletrônico. Há registros recentes de aquisições de aparelhos de raio-x panorâmico odontológico digital, incluindo entrega, instalação e configuração, o que demonstra existência de mercado competitivo e possibilidade de definição objetiva das especificações técnicas.

O mercado atual para esse tipo de equipamento apresenta soluções predominantemente digitais, com captura de imagem por sensores, estação de trabalho e recursos para exames panorâmicos e telerradiográficos. Essa configuração mostra-se mais adequada que sistemas analógicos, pois reduz o uso de filmes, reveladores e fixadores, melhora a qualidade diagnóstica, facilita o armazenamento das imagens e permite maior agilidade na emissão e compartilhamento dos exames. Também se observa que as contratações públicas similares costumam incluir, além do equipamento, montagem, instalação, testes de funcionamento e configuração, formando uma solução completa e não apenas a entrega física do bem.

Foram consideradas, em tese, três alternativas para atendimento da necessidade: aquisição do equipamento, contratação/credenciamento de serviços externos de exames de imagem odontológica ou eventual locação do equipamento. A manutenção do modelo baseado em serviços externos não se mostra a solução mais eficiente para a realidade municipal, pois preserva a dependência de terceiros, os deslocamentos intermunicipais dos usuários, os prazos de espera e a menor autonomia da rede pública

ETP nº. 2026.04.22.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 2 de 7

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.04.22.01

Processo Administrativo nº. 2026.04.22.01 - Compras

de saúde. A locação, embora possível em alguns contextos, tende a ser menos vantajosa quando a demanda é permanente e vinculada à estruturação da política pública de saúde bucal, pois não incorpora o bem ao patrimônio municipal e pode gerar custo recorrente sem assegurar autonomia plena ao serviço.

Assim, a aquisição do aparelho de raio-x odontológico panorâmico com telerradiografia apresenta-se, preliminarmente, como alternativa mais compatível com o interesse público, por permitir a implantação de capacidade diagnóstica própria, maior previsibilidade de atendimento, redução de custos indiretos com encaminhamentos e fortalecimento da rede municipal de saúde. Por se tratar de bem permanente destinado ao uso contínuo pela Secretaria Municipal de Saúde, a aquisição também se mostra coerente com a necessidade identificada no DFD nº 2026.04.17.001, que aponta a limitação técnica do Município, a dependência de serviços em outros municípios e a necessidade de maior resolutividade no cuidado odontológico.

O levantamento também indica que o objeto deve contemplar requisitos regulatórios e técnicos próprios de equipamentos emissores de radiação ionizante, observando normas sanitárias e de radioproteção aplicáveis, especialmente quanto à segurança do equipamento, sinalização durante a emissão de raios X, controle de qualidade e testes de aceitação conforme orientações do fabricante e normas da ANVISA.

Recomenda-se que a fase de pesquisa de preços utilize fontes diversificadas, incluindo PNCP, contratações similares, painéis oficiais, propostas de fornecedores e atas públicas recentes, de modo a estimar valor compatível com a realidade de mercado e evitar sobrepreço. Conclui-se, portanto, que a solução de aquisição do equipamento, com instalação, configuração, garantia e suporte técnico, é a alternativa mais adequada para atender à necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de São Benedito/CE

7 - Descrição da solução como um todo (Art. 18, §1º, VII)

A solução proposta consiste na Aquisição de aparelho de raio-x odontológico panorâmico + telerradiografia, através da Secretaria de Saúde do Município de São Benedito/CE, incluindo todos os acessórios, instalações e serviços necessários ao pleno funcionamento da solução no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de São Benedito/CE, com a finalidade de estruturar a capacidade diagnóstica especializada da rede pública municipal de saúde bucal. A contratação deverá contemplar equipamento novo, de primeiro uso, devidamente registrado junto aos órgãos competentes, apto à realização de exames panorâmicos e telerradiográficos digitais com qualidade diagnóstica compatível com os padrões atualmente exigidos para atendimento odontológico especializado.

A escolha pela tecnologia digital decorre da maior eficiência operacional, melhor qualidade diagnóstica e maior economicidade ao longo do ciclo de vida do equipamento, quando comparada aos sistemas convencionais analógicos. A solução digital elimina a necessidade de utilização de filmes radiográficos, produtos químicos reveladores e estruturas físicas específicas para revelação, reduzindo custos operacionais, tempo de processamento dos exames e impactos ambientais decorrentes do descarte de resíduos químicos. Além disso, proporciona armazenamento eletrônico das imagens, maior facilidade de compartilhamento de exames e integração com sistemas informatizados de gestão da saúde.

A contratação pretende assegurar maior autonomia diagnóstica ao Município, reduzindo a dependência de serviços externos e os deslocamentos intermunicipais atualmente necessários para realização de exames especializados. A solução permitirá maior celeridade na definição de condutas clínicas, melhoria no planejamento terapêutico das especialidades odontológicas e fortalecimento da resolutividade da rede municipal de saúde bucal, especialmente nas áreas de ortodontia, cirurgia bucomaxilofacial, implantodontia e demais procedimentos que dependem de exames de imagem especializados.

Quanto às exigências de qualificação técnica, mostra-se necessária a comprovação de aptidão da futura contratada para fornecimento de equipamentos médico-odontológicos compatíveis com o objeto licitado, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando fornecimento anterior de equipamentos similares em características, complexidade tecnológica e finalidade. Tal exigência se justifica pela necessidade de garantir que a empresa possua experiência mínima compatível com a natureza técnica do objeto, reduzindo riscos relacionados à instalação inadequada, falhas operacionais e indisponibilidade do equipamento. Também será necessária a observância das normas aplicáveis à radioproteção e segurança sanitária.

A solução escolhida mostra-se técnica e economicamente mais vantajosa em comparação à manutenção do modelo atual de encaminhamento de pacientes para realização de exames em outros municípios ou à eventual locação de equipamentos, uma vez que a aquisição proporciona incorporação patrimonial do bem, maior autonomia administrativa, redução de custos indiretos com deslocamentos e maior previsibilidade da prestação do serviço ao longo do tempo. Por se tratar de aquisição de bem permanente com fornecimento único e execução integral por empresa especializada, não se verifica necessidade de contratação simultânea de múltiplas empresas para o mesmo objeto, tampouco se identificam ganhos de escala que justifiquem eventual fracionamento da solução. A contratação, portanto, deverá ocorrer de forma integrada, garantindo compatibilidade técnica entre todos os componentes e plena responsabilidade da contratada pela entrega da solução completa e funcional.



Prefeitura Municipal de São Benedito

Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar

Rua Paulo Marques, 378, Centro - CEP: 62370000 - São Benedito - CE

CNPJ: 07.778.129/0001-74 E-mail: cplsabenedito@gmail.com

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.04.22.01

Processo Administrativo nº. 2026.04.22.01 - Compras

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE PARA CONTRATAÇÃO

A estimativa da quantidade para a presente contratação foi definida com base na necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Benedito/CE no DFD nº 2026.04.17.001, considerando a inexistência de equipamento próprio para realização de exames de radiografia panorâmica odontológica e telerradiografia na rede municipal de saúde.

Diante da natureza do objeto e da capacidade operacional do equipamento, verificou-se que a aquisição de 01 (um) aparelho de raio-x odontológico panorâmico com telerradiografia é suficiente para atender, de forma adequada, à demanda atual do Município.

A estimativa considerou o volume de atendimentos odontológicos especializados, a necessidade de ampliação da capacidade diagnóstica local, a estrutura física disponível e os princípios da economicidade e eficiência administrativa, evitando aquisição excessiva que possa gerar ociosidade ou custos desnecessários de manutenção.

Além disso, a definição quantitativa encontra-se alinhada ao planejamento institucional e à disponibilidade orçamentária do Município, observando os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 54/2023

8 - Estimativa das Quantidades da Contratação (Art. 18, §1º, IV)

Seq. Item	Quantidade	Unidade de Fornecimento
00001	1,00	Unidade
Descrição Detalhada: 411468 - Aparelho de raio-x odontológico panorâmico + telerradiografia; modos de imagem: panorâmico e cefalométrico; sensor: cmos de alta resolução (75 µm); tempo de exposição: a partir de 2 segundos para exames panorâmicos e 4 segundos para cefalométricos; função multifoco: permite seleção de imagens mais nítidas, reduzindo a necessidade de reexposição; programas panorâmicos: inclui 8 modos, como standard, ortogonal bitewing, tmj lateral, tmj pa, tmj lat-pa e seios laterais; recursos adicionais: posicionamento assistido por laser e sistema de voz para orientação do paciente; software: acompanha estação de trabalho com software de processamento de imagens theia; alimentação elétrica: entrada de 100-240v~, potência de 2; 2 kva, frequência de 50/60 hz; Computador com monitor; especificações técnicas: computador com tela full hd led de no mínimo 24" (resolução 1920x1080), processador intel core i7 de 10ª geração com cache de 12mb 4ghz ou superior, ssd de 1tb, memória ram de no mínimo 16gb (ddr4), placa de vídeo nvidia geforce rtx 3060 6gb, fonte 500w rms, placa mãe com no mínimo 04 portas usb 3; 0 e slot pci express (pcie), placa de rede dedicada dual port gigabit ethernet (1000mb/s), a placa de rede deve ser off board, mouse e teclado com fio, sistema operacional windows 10 professional 64-bits; Estabilizador isolador; especificações técnicas: estabilizador isolador médico/odontológico, potência 3; 000va (3kva), tensão 220v, 3 tomadas; (especificação própria).		

9 - Estimativa do valor da contratação (Art. 18, §1º, VI)

O setor competente da Secretaria de Administração realizará pesquisas de preços conforme orientações da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 54/2023 para a estimativa do valor da contratação.

O custo estimado da contratação possuirá caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

Abaixo estão as justificativas para a utilização do sigilo do orçamento estimado da contratação:

* Princípio da Competitividade e Eficiência: A Lei nº 14.133/2021 busca promover a concorrência e eficiência nas licitações; ocultar os preços estimados até a fase de lances incentiva maior participação de licitantes, resultando em propostas mais competitivas.

* Estratégia de Negociação: Manter os preços estimados ocultos permite que a Administração conduza negociações mais eficazes durante a fase de lances; ajustes nos preços, prazos ou outras condições podem ser realizadas para obter melhores propostas.

* Prevenção de Conluio e Formação de Cartéis: a divulgação prévia dos preços estimados pode facilitar acordos entre licitantes, prejudicando a concorrência; ocultar esses valores até a fase de lances dificulta a coordenação indevida entre participantes.

* Flexibilidade e Adaptação às Circunstâncias: em situações excepcionais, como mudanças no mercado, a Administração pode precisar ajustar os preços estimados; manter esses valores ocultos permite maior flexibilidade para reavaliar e adaptar as estimativas conforme necessário.

* Sigilo Comercial e Estratégico: proteger os preços estimados até a fase de lances respeita o sigilo comercial e estratégico das licitantes.

Vale mencionar que o sigilo não é absoluto e, na prática, funciona como uma "publicidade diferida", estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno sendo tornado público apenas e imediatamente após a classificação final e fase de negociação, sem prejuízo da divulgação no instrumento convocatório do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, conforme especifica o art. 56 do Decreto Municipal nº 54/2023

10 - Justificativa para o (não) parcelamento da solução (Art. 18, §1º, VIII)

ETP nº. 2026.04.22.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 4 de 7

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.04.22.01

Processo Administrativo nº. 2026.04.22.01 - Compras

O não parcelamento da solução mostra-se tecnicamente justificável em razão da natureza integrada do objeto, uma vez que o aparelho de raio-x odontológico panorâmico com telerradiografia depende da perfeita compatibilidade entre equipamento principal, acessórios, instalação, configuração e suporte técnico para adequado funcionamento. A fragmentação da contratação entre diferentes fornecedores poderia comprometer a integração dos componentes, gerar incompatibilidades técnicas, dificuldades operacionais e aumento dos riscos relacionados à instalação, manutenção e responsabilidade pela solução entregue.

Além disso, a contratação conjunta proporciona maior eficiência administrativa, padronização tecnológica e melhor gestão contratual, permitindo que uma única empresa seja responsável pelo fornecimento integral da solução. Tal medida reduz riscos de falhas decorrentes da divisão de responsabilidades entre múltiplos contratados e assegura maior celeridade na implantação do equipamento.

Sob o aspecto econômico, o parcelamento também não se mostra vantajoso, pois a aquisição integrada tende a proporcionar melhores condições comerciais, otimização logística e redução de custos administrativos relacionados à gestão de múltiplos contratos. Considerando a especificidade técnica do objeto e a necessidade de pleno funcionamento da solução de forma unificada, conclui-se que a contratação em único item representa a alternativa mais eficiente, segura e adequada ao interesse público, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021

11 - Contratações correlatas e/ou interdependentes (Art. 18, §1º, XI)

A presente contratação possui relação direta com as ações e serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde de São Benedito/CE, especialmente aqueles vinculados à política pública de saúde bucal e à estruturação da atenção especializada odontológica. Nesse contexto, identificam-se como contratações correlatas os procedimentos voltados à aquisição de materiais odontológicos, equipamentos clínicos, insumos para atendimento especializado, softwares de gestão em saúde e eventuais serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-odontológicos utilizados na rede municipal.

Também guardam relação com a presente contratação os serviços e aquisições destinados ao funcionamento das unidades de saúde onde o equipamento será instalado, incluindo adequações físicas e elétricas eventualmente necessárias, contratação de serviços de radioproteção, controle de qualidade radiológica, emissão de laudos técnicos e demais medidas exigidas pelas normas sanitárias e de segurança aplicáveis aos equipamentos emissores de radiação ionizante.

Como contratação interdependente, destaca-se a necessidade de preparação adequada do ambiente físico destinado à instalação do aparelho de raio-x odontológico panorâmico com telerradiografia, incluindo observância das exigências técnicas relacionadas à infraestrutura elétrica, proteção radiológica, conectividade de rede, climatização e espaço físico compatível com as especificações do fabricante e normas da ANVISA e da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN.

Além disso, a solução possui afinidade com futuras contratações relacionadas à manutenção especializada, suporte técnico, eventual reposição de componentes e atualização tecnológica dos sistemas digitais utilizados no processamento e armazenamento das imagens radiográficas, medidas necessárias para assegurar a continuidade e eficiência da operação ao longo do ciclo de vida do equipamento.

Ressalta-se, contudo, que não foram identificadas contratações simultâneas que gerem sobreposição indevida de objetos ou conflito com a presente pretensão contratual. Ao contrário, a integração entre as contratações correlatas contribui para maior eficiência administrativa, racionalização dos recursos públicos e fortalecimento da estrutura da rede municipal de saúde bucal, em consonância com o planejamento institucional previsto no Plano de Contratações Anual – PCA e nas diretrizes da Lei nº 14.133/2021

12 - Resultados pretendidos (Art. 18, §1º, IX)

A presente contratação tem como principal resultado pretendido o fortalecimento da capacidade diagnóstica da rede municipal de saúde bucal, por meio da implantação de estrutura própria para realização de exames de radiografia panorâmica odontológica e telerradiografia no Município de São Benedito/CE. Busca-se proporcionar maior resolutividade aos atendimentos odontológicos especializados, reduzindo a dependência de serviços externos e assegurando maior agilidade na definição de diagnósticos e condutas terapêuticas.

Pretende-se, ainda, reduzir os deslocamentos intermunicipais atualmente realizados pelos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS para realização de exames especializados, promovendo maior comodidade, segurança e acessibilidade aos pacientes, especialmente à população em situação de vulnerabilidade social. Como consequência, espera-se diminuição do tempo de espera para exames e tratamentos, contribuindo para prevenção de agravamentos clínicos e melhoria da continuidade da assistência odontológica.

Sob o aspecto da eficiência administrativa, a contratação deverá proporcionar melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros da Secretaria Municipal de Saúde, reduzindo custos indiretos relacionados a encaminhamentos externos, transporte de pacientes e dependência de serviços terceirizados. A solução também permitirá maior autonomia operacional da rede municipal e

ETP nº. 2026.04.22.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 5 de 7

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.04.22.01

Processo Administrativo nº. 2026.04.22.01 - Compras

fortalecimento da gestão pública da saúde bucal especializada.

Quanto aos resultados relacionados à qualidade dos serviços públicos, espera-se aprimoramento da precisão diagnóstica, maior segurança clínica nos procedimentos odontológicos e ampliação da capacidade de atendimento especializado do Município, especialmente nas áreas de ortodontia, cirurgia bucomaxilofacial, implantodontia e demais especialidades que dependem de exames radiológicos específicos.

No aspecto ambiental, a adoção de tecnologia digital contribuirá para redução do uso de películas radiográficas e produtos químicos utilizados em sistemas convencionais de revelação, diminuindo a geração de resíduos e os impactos ambientais decorrentes do descarte desses materiais, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, os resultados pretendidos concentram-se na melhoria da qualidade da assistência odontológica ofertada à população, no fortalecimento da eficiência administrativa, na ampliação da capacidade diagnóstica municipal e na modernização da estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando maior efetividade às políticas públicas de saúde bucal no Município de São Benedito/CE

13 - Providências a serem tomadas previamente ao contrato (Art. 18, §1º, X)

Para a efetiva realização do objeto proposto, serão adotadas providências administrativas e legais que assegurem a regularidade, a transparência e a economicidade do processo de contratação, em conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos pertinentes. Inicialmente, a área demandante, por meio deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), apresenta a justificativa da necessidade da contratação, acompanhada da descrição da solução, dos requisitos, do levantamento de mercado, da indicação dos resultados pretendidos e das contratações correlatas ou interdependentes, elementos que fundamentarão a elaboração do Termo de Referência, documento essencial para a modelagem da licitação.

Em seguida, será providenciada a abertura formal do processo administrativo de contratação, com a instrução de todas as peças obrigatórias, incluindo a aprovação do ETP pela autoridade competente, a juntada da pesquisa de preços e a análise jurídica, a fim de garantir que o certame seja conduzido de forma legal e eficiente. A modalidade a ser utilizada será o pregão eletrônico, considerando a natureza técnica do objeto e a vantajosidade do modelo competitivo.

O pregoeiro oficial do município ficará responsável por conduzir o processo licitatório, com apoio da equipe de planejamento da contratação e dos setores técnico e jurídico, assegurando a observância dos princípios da impessoalidade, ampla concorrência e seleção da proposta mais vantajosa. Concluído o certame e firmado o contrato, caberá à Secretaria Contratante emitir a ordem de compra e acompanhar a execução contratual por meio do fiscal e gestor designados, garantindo o cumprimento das cláusulas contratuais, o atingimento dos resultados esperados e a avaliação contínua do desempenho da contratada.

Por fim, ao término do contrato, será realizada avaliação final da execução, com base nos resultados obtidos, nos indicadores de desempenho e na efetividade das ações desenvolvidas, a fim de subsidiar futuras contratações e garantir a adequada prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle. Essas providências, articuladas e documentadas, asseguram que a contratação ocorra dentro dos parâmetros legais, com foco em eficiência, qualidade e interesse público

14 - Impactos ambientais e tratamentos (Art. 18, §1º, XII)

A presente contratação poderá gerar impactos ambientais relacionados principalmente ao consumo de energia elétrica, à utilização de equipamentos eletrônicos e à futura destinação de componentes tecnológicos e resíduos provenientes da operação e manutenção do aparelho de raio-x odontológico. Também devem ser considerados os impactos associados ao descarte de peças eletrônicas, componentes radiológicos e equipamentos ao final de sua vida útil, especialmente em razão da presença de materiais que exigem destinação ambientalmente adequada.

Entretanto, a solução pretendida apresenta impactos ambientais significativamente reduzidos quando comparada aos sistemas radiográficos convencionais analógicos, uma vez que a tecnologia digital elimina ou minimiza o uso de películas radiográficas, reveladores e fixadores químicos tradicionalmente utilizados no processamento de exames odontológicos. Dessa forma, há redução da geração de resíduos químicos potencialmente poluentes e diminuição dos riscos ambientais relacionados ao descarte inadequado desses materiais.

Como medida mitigadora, deverá ser priorizada a aquisição de equipamento com tecnologia digital e eficiência energética, observando-se, sempre que possível, critérios de sustentabilidade relacionados ao menor consumo de energia, durabilidade dos componentes e redução de resíduos operacionais. Também deverá ser exigido que os equipamentos atendam às normas ambientais e sanitárias aplicáveis, bem como possuam regularização junto aos órgãos competentes.

A futura contratada deverá responsabilizar-se pela adequada orientação técnica quanto ao uso, manutenção e descarte ambientalmente correto de peças, componentes e equipamentos substituídos durante o período de garantia ou assistência técnica, observando práticas de logística reversa sempre que aplicáveis. Recomenda-se, ainda, que eventuais resíduos eletrônicos provenientes de manutenção ou substituição de componentes sejam destinados conforme a legislação ambiental vigente.

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.04.22.01

Processo Administrativo nº. 2026.04.22.01 - Compras

Além disso, a utilização de sistema digital proporcionará redução do consumo de materiais físicos para armazenamento e impressão de exames, favorecendo maior racionalização de recursos materiais e contribuindo para modernização sustentável da rede municipal de saúde. A solução também tende a reduzir deslocamentos intermunicipais de pacientes para realização de exames especializados, contribuindo indiretamente para diminuição de emissões relacionadas ao transporte.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são controláveis e mitigáveis, sendo superados pelos benefícios ambientais e operacionais proporcionados pela adoção de tecnologia digital, em consonância com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021 e nas boas práticas recomendadas pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União


15 - Viabilidade (ou não) da contratação (Art. 18, §1º, XIII)

Com base nos elementos anteriores do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizados por esta Equipe de Planejamento, DECLARAMOS que a contratação proposta pela unidade requisitante tem viabilidade técnica e econômica

16 - RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Portaria da Equipe nº: 079/2025 - ADM.

Descrição: Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar



Nome: Audisnei Alcântara de Moraes

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 079/2025



Nome: Francisca Angelica Fonteles Araújo

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 080/2025

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.04.22.01 - Compras

1 - Informações Básicas

Local: São Benedito

Data: 22 de abril de 2026.

COD. UASG: 981547

Fundamentação Legal:

LEI 14.133/2021 E DECRETO 054/2023.

2 - Objeto do Mapa de Riscos

Aquisição de aparelho de raio-x odontológico panorâmico + telerradiografia, através da Secretaria de Saúde do Município de São Benedito/CE

3 - Riscos Identificados

R-01 - Descrição do Risco:

R 01: LICITAÇÃO DESERTA

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
1	X	5	Seleção do Fornecedor	Administração

I.1 - Impactos

Licitação fracassada, com necessidade de republicação do edital e abertura de novo prazo para realização do pregão

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - I As causas para o risco de licitação deserta decorrem, principalmente, da subestimação do valor estimado da contratação, exigências excessivas de habilitação ou especificações técnicas restritivas, fatores que podem afastar fornecedores aptos e reduzir a competitividade do certame

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Autoridade Competente	Realizar pesquisa de preços compatível com o mercado e definir exigências proporcionais ao objeto
AC-01	Autoridade Competente	Republicar o edital, revisando os requisitos que possam ter provocado a ausência de interessados

R-02 - Descrição do Risco:

R 02: LICITANTE VENCEDOR SE RECUSAR EM ASSINAR O CONTRATO

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.04.22.01 - Compras

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
2	X	5	Seleção do Fornecedor	Contratada

I.1 - Impactos

Não conclusão da licitação, com necessidade de convocação de licitante remanescente ou realização de novo procedimento

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - I O risco decorre da apresentação de proposta inexecutável, falhas na análise da viabilidade do preço ofertado ou ausência de clareza quanto às obrigações contratuais, prazos, penalidades e condições de fornecimento previstas no edital

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação Setor Responsável Descrição da Ação

AP-01 Autoridade Competente Prever no edital penalidade para a empresa adjudicada que não assinar o contrato no prazo estipulado
AC-01 Autoridade Competente Convocar licitante remanescente ou promover nova licitação

R-03 - Descrição do Risco:

R 03: INCAPACIDADE DA EMPRESA VENCEDORA EM EXECUTAR O OBJETO

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
1	X	5	Gestão de Contrato	Contratada

I.1 - Impactos

Atraso ou não fornecimento dos equipamentos e materiais contratados

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - E O risco decorre da insuficiente capacidade técnica, operacional ou financeira da contratada, evidenciada pela ausência de estrutura adequada, experiência insuficiente em fornecimentos similares ou dificuldade logística para cumprir os prazos e condições estabelecidos

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação Setor Responsável Descrição da Ação

AP-01 Autoridade Competente Exigir documentação comprobatória de que a licitante já forneceu produtos similares ao objeto contratado
AC-01 Gestor do Contrato Aplicar as sanções previstas e, em último caso, promover a rescisão contratual

R-04 - Descrição do Risco:

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.04.22.01 - Compras

R 04: FALÊNCIA DA EMPRESA VENCEDORA

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
1	X	5	Gestão de Contrato	Contratada

I.1 - Impactos

Atraso ou não fornecimento do objeto

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - E O risco decorre da fragilidade econômico-financeira da empresa contratada, fluxo de caixa insuficiente, endividamento elevado ou apresentação de proposta com preço inexequível, comprometendo a continuidade do fornecimento

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Autoridade Competente	Exigir requisitos de habilitação relativos à qualificação econômico-financeira, compatíveis com o objeto
AC-01	Autoridade Competente	Convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para possível contratação

R-05 - Descrição do Risco:

R 05: QUESTIONAMENTOS EXCESSIVOS NO PREGÃO

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
2	X	4	Planejamento	Contratada

I.1 - Impactos

Legitimidade do pregão colocada em questão

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - I O risco decorre de fragilidades na fase de planejamento, especialmente descrições imprecisas do objeto, especificações restritivas, inconsistências entre edital e anexos ou exigências de habilitação desproporcionais

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Equipe de Planejamento	Definir as regras da contratação de forma clara e objetiva no edital e anexos, evitando marcas, modelos e requisitos excludentes sem justificativa

ETP nº. 2026.04.22.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 3 de 5

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.04.22.01 - Compras

AC-01 Autoridade Competente Republicar o edital com correção dos itens objeto de impugnação

R-06 - Descrição do Risco:

R 06: FORNECIMENTO DE PRODUTOS INCOMPLETOS OU SEM QUALIDADE

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
1	X	4	Gestão de Contrato	Contratada

I.1 - Impactos

Prejuízo financeiro e comprometimento do objetivo da contratação

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - I O risco decorre de falhas na definição das especificações técnicas, ausência de critérios objetivos de aceitação e fiscalização insuficiente no momento do recebimento dos equipamentos e materiais

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação Setor Responsável Descrição da Ação

AP-01	Fiscal de Contrato	Analisar criteriosamente cada produto entregue, conferindo sua compatibilidade com o edital, termo de referência e proposta vencedora
AC-01	Fiscal de Contrato	Recusar o recebimento e exigir substituição ou adequação do produto entregue em desconformidade

4 - Equipe responsável pela elaboração

Portaria da Equipe nº: 079/2025 - ADM.

Descrição: Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar

Audisnei A. de Moraes
Nome: Audisnei Alcântara de Moraes

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 079/2025

Francisca Angélica Fonteles Araújo
Nome: Francisca Angélica Fonteles Araújo

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 080/2025

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.04.22.01 - Compras

5 - Diagrama de cálculo de riscos (5 colunas) - "Mapa de Calor" (Anexo - I)

Legenda Nível de Risco

Extremo
 Alto
 Médio
 Baixo

Probabilidade

		1	2	3	4	5
		Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Impacto	5 Muito Alto	5	10	15	20	25
	4 Alto	4	8	12	16	20
	3 Médio	3	6	9	12	15
	2 Baixo	2	4	6	8	10
	1 Muito Baixo	1	2	3	4	5

Obs.: O "mapa de calor" em gestão de riscos é uma ferramenta que apresenta o resultado visual da matriz de eventos de riscos em função da relação combinada da probabilidade e do impacto de cada evento. Assim, a multiplicação dos indicadores que aferem a probabilidade por aqueles que medem o impacto de um evento de risco resultam na aferição da severidade de um determinado risco (baixo, médio ou alto, por exemplo).



MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO - ELETRÔNICO

Lei 14.133/2021, Art. 28, I

**MINUTA DE CONTRATO
MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE
Secretaria Municipal de Saúde**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE, POR INTERMÉDIO DO(A) E

O MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE por intermédio do(a) CT_QUALIF_CONTRATANTE, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) CT_QUALIF_CONTRATADA, doravante designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 2026.04.22.01, Pregão Eletrônico nº 90018/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é **CT_OBJETO**.

1.2. As especificações, unidades de medida, quantitativos, valores unitários e valores totais dos itens que compõem o objeto do presente Contrato encontram-se detalhadamente descritos no Anexo I, que integra este instrumento para todos os fins de direito, independentemente de transcrição.

1.2.1. O Anexo I constitui parte indissociável deste Contrato, prevalecendo suas disposições para a execução do objeto contratado, vedada qualquer alteração de especificações, quantidades ou valores sem a devida formalização por termo aditivo, nos termos da legislação vigente aplicável às contratações públicas

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência / Projeto Básico;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 180 (cento e oitenta) dias, contado da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. O prazo de vigência poderá ser prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação..

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de CT_VALOR_TOTAL CT_VALOR_TOTAL_EX.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos ou executados.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da orçamentação, em **24/04/2026**.

7.2. Após o interregno de um ano, e conforme acordo entre as partes, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a



aplicação, pelo contratante, do **Índice para Contratos de Bens comuns: Índice(s): (INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (Tipo: Geral) - Principal: Sim | IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (Tipo: Geral) - Principal: Não) - (Bens comuns) Justificativa: O INPC mede a variação de preços para famílias com renda de 1 a 5 salários mínimos, abrangendo os itens de consumo mais básicos e de ampla circulação no mercado. Em contratos de bens comuns, onde os insumos são predominantemente produtos de prateleira sem índice setorial mais aderente, o INPC reflete com maior fidelidade a oscilação de custos desses materiais do que índices voltados a setores específicos. Fundamento nos arts. 6º, LVIII, e 25, §7º, da Lei 14.133/2021, que exigem índice que retrate a variação efetiva do custo de produção do objeto contratado.**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de São Benedito/CE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto, se for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados ou entregues;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de



Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitação da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

9.18. O prazo de entrega do objeto é de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da requisição formalizada por setor competente, na totalidade da requisição. O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, quando solicitado pela CONTRATADA, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela CONTRATANTE e que não prejudique o interesse público.

9.19. O equipamento permanente deverá ser novo, de primeiro uso, entregue em perfeito estado de conservação e funcionamento, livre de defeitos, avarias, vícios de fabricação ou quaisquer danos que comprometam sua utilização.

9.20. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, sem qualquer utilização anterior, fabricado de acordo com as normas técnicas vigentes e devidamente registrado junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, atendendo integralmente às exigências sanitárias, elétricas e de radioproteção aplicáveis ao setor de diagnóstico por imagem. Deverá possuir capacidade para realização de exames panorâmicos e telerradiográficos digitais, com recursos tecnológicos compatíveis com os padrões atuais de qualidade diagnóstica, permitindo geração de imagens em alta resolução, baixa exposição radiológica e integração com sistemas informatizados de armazenamento e gerenciamento de imagens.

9.21. A contratada deverá assegurar que os produtos fornecidos estejam em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, observando, quando aplicável, normas da ABNT, INMETRO, ANVISA e demais regulamentações técnicas pertinentes ao objeto. Os equipamentos que exigirem certificação compulsória deverão ser entregues acompanhados dos respectivos selos, registros, manuais de utilização e certificados de garantia.

9.22. A contratada deverá, ainda, responsabilizar-se pelo adequado acondicionamento, transporte e descarte de resíduos eventualmente gerados durante a entrega e instalação do equipamento, observando a legislação ambiental vigente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.



10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade municipal.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução. 11.2. O equipamento permanente deverá possuir garantia mínima fornecida pelo fabricante, com assistência técnica autorizada, quando aplicável, assegurando suporte adequado para manutenção corretiva durante o período de garantia.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.4. Multa:

a. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

i. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

c. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

d. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

e. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

f. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os



efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CT_DOTACAO

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista nos [arts. 91 e 94 da Lei 14.133, de 2021](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro Comarca de São Benedito, Estado do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).



ASS_CONTATO.

CT_ASSIN_CONTRATANTE

CT_ASSIN_CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____